

Turismo e geoconservação: uma análise do modelo de gestão do uso público no Parque Estadual de Vila Velha, Paraná

Pedro G. Gonzáles Mantilla*

Marcos Aurelio Tarlombani da Silveira Margarete Araujo Teles*****

Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Resumo: Nos Campos Gerais do Paraná, ao sul do Brasil, localiza-se o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), uma Unidade de Conservação de grande importância por suas características bióticas e abióticas, reconhecida principalmente por suas formações geológicas de Arenitos e Furnas. Esse espaço natural apresenta uma zona de uso público que passou por diferentes mudanças de gestão, e atualmente, existe uma desvinculação entre a conservação do patrimônio natural e a responsabilidade social da atividade turística. Através de revisão bibliográfica, documental e entrevistas, realizou-se uma análise do modelo de gestão do uso público no PEVV, cujo fim foi estabelecer lineamentos corretivos sustentados academicamente. Recomenda-se o modelo híbrido de gestão, envolvendo a comunidade local e as empresas privadas, e colocando a administração pública como o ente fiscalizador, com o intuito de garantir sustentabilidade, gerando desenvolvimento socioeconômico local e fomentando a geoconservação dessa área natural com alto potencial geoturístico.

Palavras-chave: Geoconservação; Gestão do uso público; Parque Estadual de Vila Velha; Paraná.

Tourism and geoconservation: an analysis of public use management model in Vila Velha State Park, Paraná

Abstract: Located in Campos Gerais of Parana, southern Brasil, the Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) is a conservation unit of great importance for its biotic and abiotic characteristics, recognized mainly by its geological formations of Arenitos and Furnas. This natural area presents a public use zone that has undergone different management changes, and currently there is a disconnection between the conservation of the natural heritage and the social responsibility of the tourist activity. An analysis of the public use management model in PEVV was made using the information provided by bibliographical review, documentary and interviews, aiming at establishing corrective guidelines that were academically supported. It is suggested that the hybrid management model be established, involving the local community and private companies, and placing the public administration as the control entity, with the purpose of guaranteeing sustainability, generating local socio-economic development and fostering the geoconservation of this natural area with high geotourism potential.

Keywords: Geoconservation; public use management; Parque Estadual de Vila Velha; Paraná.

1. Introdução

O patrimônio geológico é um recurso científico e cultural que através do geoturismo promove o desenvolvimento econômico em áreas rurais e do entorno, assim como a conservação da geodiversidade desses espaços (Guillen, 2004). Alguns autores definem o geoturismo como uma forma de turismo em

* Mestre em Turismo, Sociedade e Meio ambiente no Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil. Doutorando em Turismo, Economia e Gestão na Escola de Doutorado da Universidad de Las Palmas de Gran Canaria - ULPGC, España. E-mail: pgmxxx@hotmail.com

** Pós-Doutor pela Universidade de Paris 1/IREST - Sorbonne, França. Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP, Brasil. Professor Associado da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil. E-mail: marcos.ufpr@yahoo.com.br

*** Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil. Professora adjunta Curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil. E-mail: margateles@ufpr.br

áreas naturais focado especificamente na geologia e na paisagem cujo fim seja sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando para isto a interpretação, tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das Ciências da Terra (Newsome; Dowling, 2010; Ruchkys, 2007).

No Brasil há muito potencial para a prática do geoturismo em decorrência da rica geodiversidade no seu território, e alguns Estados possuem ações de planejamento e divulgação desse potencial (Moreira; Hevia, 2012). Um dos mais representativos patrimônios geológicos do país é o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), considerado por várias décadas como o segundo atrativo turístico mais visitado do Estado do Paraná, atrás do Parque Nacional do Iguazu (Coutinho, 2015). Atualmente, o PEVV possui estrutura adequada para uma experiência de uso público responsável e educativa, recebendo um total de 65 322 visitantes em 2014, destacando-se como um centro de visitação de escolas e universidades de todo o Brasil (Paraná Projetos, 2015). Porém, identificam-se algumas fraquezas no desenvolvimento da atividade turística no PEVV, notadamente em decorrência da desvinculação da responsabilidade social aos objetivos de conservação do patrimônio natural (Coutinho, 2015).

O Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) é uma Unidade de Conservação (UC), na categoria de Proteção Integral, gerida pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos através do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e tem como gestor do uso público a Ecoparaná, atualmente nomeado Serviço Social Autônomo Paraná Projetos (Ecoparaná, 2013). Dentro do marco de gestão do PEVV não participa diretamente a comunidade local do entorno nem o setor privado. O Estado paranaense sustenta e administra esta UC que apresenta um déficit no balanço econômico anual do uso público em decorrência do baixo orçamento estadual para o desenvolvimento da atividade turística (Coutinho, 2015).

Diante dessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo analisar o modelo de gestão do uso público no PEVV, a partir de elementos tais como a estrutura da gestão, as ações públicas e o relacionamento entre os atores, com o intuito de discutir a necessidade da gestão do turismo como uma ferramenta básica das políticas públicas e das ações de fomento para o desenvolvimento socioeconômico local e a geoconservação na área de estudo.

2. Aspectos metodológicos

Para o desenvolvimento deste estudo de caso adotou-se como técnica de coleta de dados a revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas abertas realizadas entre setembro e novembro de 2015.

Na revisão bibliográfica utilizou-se trabalhos e artigos de revistas científicas, trazendo as principais discussões dos autores com referência aos conceitos de planejamento e gestão do turismo, geoconservação e geoturismo.

Na análise documental, recopilou-se documentos virtuais sobre o PEVV pertencentes ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Paraná Projetos, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR).

As entrevistas abertas foram realizadas durante visitas no PEVV, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na UEPG e no MINEROPAR, coletando dados proporcionados por atores envolvidos no estudo sobre planejamento e gestão do turismo e geoconservação no PEVV. Para a escolha dos indivíduos entrevistados realizou-se uma pesquisa exploratória através de *websites* e reuniões com outros pesquisadores do PEVV, considerando o grau de importância e acessibilidade. A lista de entrevistados mostra-se no Quadro 1:

Quadro 1: Lista de entrevistados

Entrevistado	Função	Instituição
Entrevistado - 1	Ex-Gerente de Equipamentos de turismo do Parque Estadual de Vila Velha, Paraná	Parque Estadual de Vila Velha (PEVV)
Entrevistado - 2	Professora especialista em estudos sobre Planejamento do turismo em áreas naturais no Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Entrevistado - 3	Professora especialista em estudos sobre Geoconservação e geoturismo no Paraná	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Entrevistado - 4	Assistente da diretoria técnica	Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)

Fuente: Elaborado pelo autor

O Entrevistado – 1 foi o ex-Gerente de Equipamentos de Turismo do PEVV, quem até 2015 ocupava o cargo. Formado em Turismo, realizou uma ampla investigação sobre os aspectos sócias que envolviam o PEVV. As informações proporcionadas pelo entrevistado contribuíram fortemente no desenvolvimento desta pesquisa.

O Entrevistado – 2 foi a professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em estudos sobre Planejamento do turismo em áreas naturais no Estado paranaense. Foi a principal referência dos estudos neste tema, orientando trabalhos vinculados ao turismo no PEVV nos últimos anos. Sua contribuição na entrevista foi ampla e importante.

O Entrevistado – 3 foi a professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), especialista em estudos sobre Geoconservação e Geoturismo no Estado do Paraná. A escolha do entrevistado foi realizada após uma pesquisa exploratória dos trabalhos publicados sobre Geoconservação e Geoturismo no Brasil, sendo o entrevistado uns dos mais importantes pesquisadores do país no tema. Além disso, também realizou projetos de inserção laboral da comunidade local no PEVV. As informações proporcionadas pelo entrevistado foram valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa.

O Entrevistado – 4 foi o assistente da diretoria técnica do Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR). A escolha do entrevistado foi tomada após uma pesquisa exploratória sobre a criação do projeto Geoparque dos Campos Gerais, que inclui ao PEVV. Ele também foi recomendado pelos pesquisadores da UEPG, e o Ex-Gerente de Equipamentos Turísticos do PEVV. Sua contribuição foi muito importante dada sua longa experiência como parte da equipe técnica do MINEROPAR e suas pesquisas entorno a geoconservação no PEVV.

Abordaram-se os seguintes **tópicos**: situação atual do uso público no PEVV, estrutura de gestão, ações públicas e relacionamento entre os atores.

Assim, com base em dados primários e secundários coletados, se realizou uma avaliação do modelo de gestão do uso público do PEVV através de uma Análise SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), de acordo com Kotler (2000), colocando os pontos fortes, os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades, no que se refere à sua gestão, abordando os seguintes elementos: estrutura de gestão, ações públicas e o relacionamento entres os atores.

3. Planejamento e gestão do turismo

O turismo é uma atividade estratégica para o desenvolvimento de um território, mas que precisa ser observado desde a perspectiva local, adequando-se à realidade socioeconômica e sociocultural, cujo planejamento é fundamental para garantir a sustentabilidade, não só da atividade turística, como também do ambiente no qual se desenvolve (Ruschmann, 2004). No entanto, de acordo com Barroco (2010), o planejamento, sem uma correta gestão, estará destinado a ser mais um trabalho acadêmico na “biblioteca”, ou, provavelmente, ser executado sem perspectiva de sucesso. Para Kitoyani e Lima (2013) o planejamento analisa e traça as ações em prol de mudanças positivas, enquanto que a gestão observa o andamento dessas e preserva sua meta final, mesmo que fazendo as alterações necessárias para isto. Assim, o planejamento e a gestão são duas ações relacionadas que constituem o início do caminho para atingir a sustentabilidade de qualquer atividade nas suas várias dimensões (Sachs, 2003).

O planejamento, como conceito ambíguo dentro das ciências humanas e sociais, tem sido objeto de várias definições (BARRETTO, 2005). Lohmann e Panosso Netto (2012) definem o planejamento do turismo como um processo dinâmico de foco econômico, social e ambiental que, a partir de uma situação dada, busca orientar o desenvolvimento turístico de um empreendimento local, região, município, estado ou país, a fim de alcançar os objetivos propostos inicialmente ou durante a própria elaboração do planejamento. Para Hall (2004) o planejamento turístico, sem ser a solução para todos os problemas, tem a capacidade de minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios econômicos nos destinos, gerando assim uma maior aceitação da população local.

De acordo com Rose (2002), existe uma marcada falta de planejamento turístico, principalmente nos países emergentes. O autor explica que a maioria de destinações turísticas, em países como Brasil, desenvolveram o turismo de forma espontânea, sem previamente ter estabelecido essa atividade como uma alternativa propulsora da economia e geradora de recursos. Em muitos casos, esse tipo de turismo tem causado impactos negativos na qualidade de vida humana e no ambiente natural, transformando o espaço turístico (Dias, 2003). Diante desse fato, Ruschmann (2001) considera “fundamental e indispensável” o planejamento para o desenvolvimento de um turismo equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais dos destinos receptores.

O planejamento turístico deve ser encarado como um processo no qual “as ações traçadas devem passar por sucessivas (re)avaliações, fase a fase, pois nem sempre o que foi projetado se mostra a melhor forma de alcançar determinado objetivo, muitas vezes é preciso mudar o caminho, repensar a estratégia” (Kiyotani; Lima, 2013: 215). Para Sampaio et al. (2010), as etapas de planejamento se dividem em três: elaboração, implantação e avaliação. A primeira, apresenta os problemas mais importantes a resolver através de estratégias. A segunda, soluciona os problemas, e a terceira assegura que as soluções sejam implementadas e os problemas resolvidos. Os autores explicam que a fase de gestão inicia-se na implantação do planejamento, garantindo que o que foi elaborado seja implementado. Segundo Kiyotani e Lima (2013), nessa etapa são fundamentais a flexibilidade nas decisões e a capacidade de iniciativa para superar imprevistos ou ações planejadas que não resultam no esperado.

Os novos desafios do planejamento e a gestão do turismo são a busca da sustentabilidade e a participação da comunidade local, que implica um desenvolvimento turístico baseado no equilíbrio entre a conservação ambiental e cultural, a viabilidade econômica e a justiça social (Anjos et al., 2010). Muitas vezes o turismo pode não proporcionar desenvolvimento equânime, justo para todos, principalmente no que tange as comunidades locais, as que supostamente deveriam ser as mais envolvidas e consultadas (Valverde, 2006). Diante disso, torna-se fundamental que na fase de planejamento exista uma junção entre a parte técnica e o ponto de vista da comunidade, só assim trará melhorias concretas para o desenvolvimento sócio-espacial de um local (Kiyotani; Lima, 2013). Além disso, para que a atividade seja sustentável se precisa melhorar a eficiência dos organismos responsáveis de administração, e a continuidade das diretrizes de ação, respaldados por um plano de manejo bem preparado (Boullon, 2006).

Nas palavras de Hall (2004: 272) o planejamento turístico “é um estilo de governo que envolve perspectivas estratégicas de longo prazo voltadas para a atividade pública e a tentativa de inter-relacionar diferentes esferas dessa atividade”. Segundo Molina (2005), a experiência mostra que os mecanismos de planejamento turístico não funcionam por si só, mas que exigem uma vontade política que os coloque em andamento e os apoie com ações paralelas. Para o turismo ser de fato um importante motor de desenvolvimento econômico, é necessário que ocupe um espaço relevante e estratégico no desenho das políticas locais, impulse a coordenação entre as administrações públicas e fomenta a cooperação público-privada (Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, 2004).

O Estado cumpre um rol fundamental neste processo, sendo um ator colaborador, planejador e gestor no desenvolvimento público do turismo nos diferentes níveis organizacionais públicos e no setor privado. Com efeito, a política do setor público não é suficiente para alcançar um turismo sustentável, mas que precisa estabelecer uma parceria público-privada com a “indústria do turismo”, a fim de utilizar a capacidade e influência de cada campo para um objetivo em comum (Swarbrooke, 2000). Cabe destacar que o maior obstáculo dentro do planejamento e a gestão do turismo, é a coordenação das diferentes organizações e órgãos públicos e privados envolvidos no processo, daí a importância que existam interesses e metas em comum (Anjos et al., 2010).

Nas diversas fases de produção da atividade turística, “todos os atores públicos e privados devem estar envolvidos, juntamente com a população local, liderando alianças estratégicas para a construção de destinos emergentes e dos produtos turísticos” (Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, 2004: 29). Segundo Swarbrooke (2000) tem que existir uma participação equilibrada da parte dos governos das localidades turísticas, dos turistas, da comunidade local e da indústria do turismo. Se não for assim, pode converter-se numa atividade agressiva ao ambiente e geradora de novas dificuldades.

Em síntese, o planejamento turístico deve ser um processo de avaliação do núcleo receptor da demanda potencial e de destinos turísticos concorrentes, a fim de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, assim, viabilizar um direcionamento à gestão privada para que ela estructure empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental (BRAGA, 2007).

4. Geoconservação e geoturismo

Para entender o significado de geoconservação precisa-se definir previamente o conceito de geodiversidade e patrimônio geológico. De acordo com Carcavila et al. (2007), a geodiversidade representa a diversidade geológica de um território, entendida como a variedade de características geológicas presentes em um local, identificadas após considerar a sua frequência, distribuição, e como elas ilustram a evolução geológica da mesma. Brilha (2005) afirma que a geodiversidade é resultado da interação

de diversos fatores como as rochas, o clima, os seres vivos, entre outros, possibilitando o aparecimento de paisagens distintas em todo o mundo. Outros autores mais recentes definem-na como a variedade de ambientes, fenômenos, processos e elementos abióticos da Terra, evidenciando tempos passados e atuais (Bento; Rodriguez, 2011). Bento e Rodriguez afirmam também que o número de pesquisas sobre geodiversidade como objeto de estudo é relativamente baixa em contraste com a ampla pesquisa existente sobre biodiversidade, daí as falências na evolução do conhecimento sobre o tema e na valorização da importância de sua conservação.

De acordo com Ruchkys (2007) na maioria de países não existe uma lei específica de proteção da geodiversidade, colocando-se implicitamente dentro das leis de proteção dos recursos naturais, paisagem e ecossistemas. No entanto, segundo a autora, o interesse da comunidade de geociências por garantir a conservação do patrimônio geológico estimulou o desenvolvimento de medidas específicas de geoconservação em todas as partes do mundo. A geoconservação, em sentido amplo, “tem como objetivo a utilização e gestão sustentável de toda a geodiversidade, englobando todo o tipo de recursos geológicos” (Brilha, 2005: 51). Para Nascimento et al. (2015), a geoconservação é um conjunto de ferramentas que buscam proteger as áreas relevantes do ponto de vista geológico, através de diversas atividades, desde as ações de levantamento básico até as práticas de gestão. Carcavilla et al. (2007) definem-na como o conjunto de técnicas e medidas capazes de garantir a conservação do patrimônio geológico e da geodiversidade, baseada na análise de seus valores intrínsecos, vulnerabilidade e do risco de degradação.

Segundo Ruchkys (2007), diversos países, especialmente na Europa e a Ásia, desenvolveram as primeiras iniciativas de estudo e conservação dos seus recursos geológicos enfocadas no inventário de sítios geológicos e a promoção como patrimônio da humanidade. Uma estratégia de geoconservação que tem sucesso em vários países é o geoturismo, um novo segmento turístico que preenche uma lacuna do ecoturismo ao se pautar na visitação de áreas naturais onde os principais atrativos associam-se ao patrimônio geológico, buscando a proteção desse patrimônio por meio da sensibilização dos visitantes (Nascimento et al., 2008). Alguns autores como Manosso (2007), consideram o geoturismo como um subsegmento do ecoturismo, porque possibilita aos turistas, conhecimentos não só ecológicos, mas científicos e culturais, e principalmente geológicos. De acordo com Moreira (2010), o geoturismo não pode ser encarado como uma forma de ecoturismo, e sim como um novo segmento. A autora explica que por mais que as definições de ecoturismo contenham o patrimônio natural, nenhuma delas abrange a geodiversidade como parte do produto turístico, citando muitas vezes unicamente a biodiversidade.

Para Moreira e Hevia (2012), o geoturismo pode ser uma estratégia para desenvolver economicamente uma região, gerar empregos, e ser utilizado para educar os visitantes, estimulando a compreensão do ambiente através de sua interpretação. A principal iniciativa dinâmica internacional de geoturismo é a Rede Mundial de Geoparques Nacionais (*Global Geoparks Network - GGN*) da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), criada em 2004, com o intuito de desenvolver, globalmente, modelos de melhores práticas e padrões de qualidade estabelecidos para os territórios que integram a preservação do patrimônio geológico em estratégias para o desenvolvimento econômico sustentável, normalmente por meio do desenvolvimento do turismo sustentável e outras atividades econômicas e culturais (*Global Geoparks Network - GGN*, 2015).

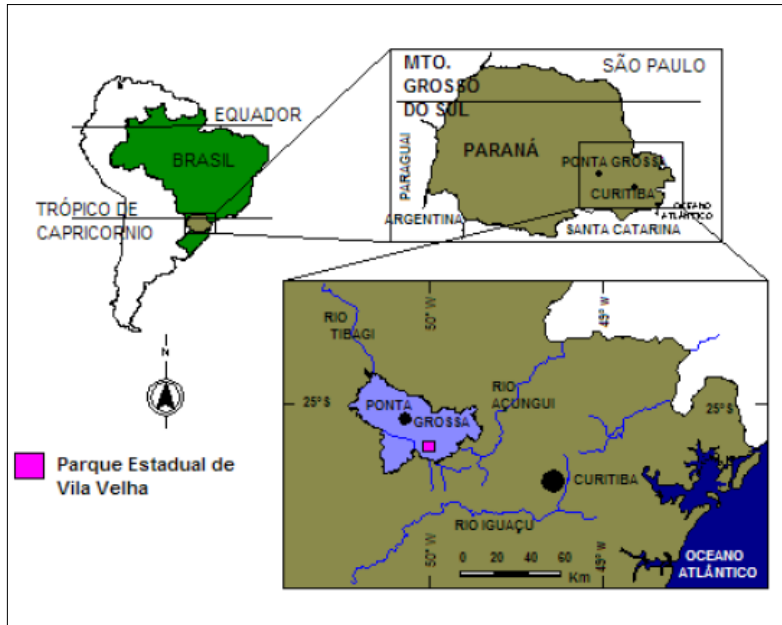
No Brasil, o projeto geoturístico mais importante é o Geoparque Araripe, localizado no Estado do Ceará, sendo o único geoparque no país (Nascimento et al., 2008). Porém, mais de 30 propostas de geoparques já foram realizadas, entre elas as principais são: Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, cuja candidatura já foi apresentada a UNESCO; Bodoquena Pantanal, no Mato Grosso do Sul, cujo geossítio mais visitado internacionalmente é a região de Bonito; Campos Gerais do Paraná, que possui uma boa infraestrutura turística e suas comunidades já desenvolvem atividades geoturísticas; Alto Vale do Ribeira, entre Paraná e São Paulo; Rio de Janeiro, futuro geoparque urbano, no Rio de Janeiro, cujos geossítios como Pão de Açúcar e o Corcovado são símbolos turísticos internacionais; entre outros (Mantesso-Neto, 2010)

5. Parque Estadual de Vila Velha

De acordo com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2004), o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) localiza-se geograficamente no Segundo Planalto Paranaense, inserido na região dos Campos Gerais, abrangendo uma área de 3 122.11 ha. Politicamente situa-se no município de Ponta Grossa, a cerca de 20 km a sudeste de sua sede, nas proximidades da BR-376, corredor viário que liga o Litoral à região Oeste do Estado, e aproximadamente a 70 km de Curitiba, a Capital do Estado do Paraná (Figura 1)

(Letenski et al., 2009). Os limites do PEVV são: ao norte com propriedades particulares, ao sul com a Rodovia Federal BR-376 e propriedades particulares, ao leste também com propriedades particulares e a oeste com o bairro Jardim Novo Vila Velha (Kerski, 2010).

Figura 1: Localização do PEVV



Fonte: Melo et al. (2002)

Vila Velha é a denominação de um notável agrupamento de esculturas naturais de aspecto ruiforme, desenvolvido em arenitos do Carbonífero Superior, de grande valor científico para a geologia e geomorfologia, bem como para estudos ambientais, visto o alto grau de preservação de ecossistemas da região dos Campos Gerais verificado em toda a área de abrangência deste conjunto geomórfico (Melo et al., 2002). A exuberância e singularidade de suas formações rochosas despertou admiração e encanto na comunidade geocientífica, assim como em seus visitantes (Letenski et al., 2009). No impulso de atividades de geoconservação, divulgação geocientífica e de geoturismo nos Campos Gerais, resolveu-se criar um projeto de geoparque para ser integrado na Rede Mundial de Geoparques sustentada pela UNESCO, a fim de que atue como ferramenta de desenvolvimento regional, em sintonia com o também rico patrimônio histórico cultural, arqueológico e biológico (Guimarães et al., 2008).

O PEVV é uma das principais atrações turística da região, sendo um dos atrativos naturais mais visitadas no Estado, com médias anuais de 70 mil visitantes brasileiros e estrangeiros. Os Arenitos, as Furnas e a Lagoa Dourada são os atrativos preferidos dos turistas, especialmente a Taça e o Camelo, que contabilizam o maior número de visitas e recebendo a máxima qualificação no perfil de satisfação do 60% dos visitantes (Paraná Projetos, 2016). No tocante a origem dos turistas que visitam o PEVV, segundo a pesquisa feita por Paraná Projetos, 30% deles é de Curitiba, 18% de Ponta Grossa, 25% de outros municípios do Paraná, 25% de outros estados do país e 2% de estrangeiros.

A infraestrutura do PEVV conta com uma zona para recepção, orientação e deslocamento dos visitantes até as trilhas e atrativos; um sistema de transporte interno; um centro de visitantes, dotado com sala de projeção de vídeo, bilheteria, lanchonete, loja de artesanato e sala de exposições, entre outros (Coutinho, 2015). De acordo com o autor, todos os passeios são acompanhados por condutores treinados para atender o público, sendo essa a principal estratégia para cumprir com o objetivo de oferecer interpretação ambiental e conciliar visitação com proteção do patrimônio natural tombado.

6. Gestão do uso público no Parque Estadual de Vila Vella

O Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, incluída dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pelo Decreto 5.767, em 2002, cujo regramento estabelece que não pode ser habitado pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e/ou turismo ecológico (IAP, 2004). O principal objetivo da criação das Unidades de Conservação é garantir a conservação e proteção da biodiversidade, desenvolvendo pesquisas científicas, propiciando o uso público com as atividades de ecoturismo, educação ambiental, lazer e recreação e socializando o acesso às áreas protegidas (IAP, 2016). Os objetivos indicados para a Zona do Uso Público no PEVV compreendem “propiciar ao visitante atividades educativas e recreativas em ambiente natural, compatíveis com a preservação ambiental; e receber, orientar e propiciar informações e interpretação ambiental ao visitante” (IAP, 2004: 6)

O histórico do uso público do PEVV pode ser dividido em dois períodos, tendo como marco o processo de reestruturação do Parque em 2002. O período anterior à reestruturação é marcado pela atuação de diversas instituições na unidade - as quais não coordenavam ações entre si -, e a utilização do território para usos não vinculados à proteção ambiental – como práticas agrícolas e plantio de espécies exóticas (IAP, 2004). De acordo com Coutinho (2015), no âmbito do uso público, a unidade oferecia exemplo de atividade turística em Unidades de Conservação desvinculada da proteção e educação ambiental.

A elaboração do plano de manejo do PEVV, iniciado em 2000, realizou-se sob os princípios estabelecidos pelo SNUC (Brasil, 2000). Em janeiro de 2002, por decisão do Governo Estadual, o PEVV é fechado para visitação por tempo indeterminando, com vistas à realização de pesquisas científicas e readequação da estrutura, de acordo com determinações do plano de manejo (IAP, 2004). Em 2004, a unidade reabre para visitação pública, já com uma política diferenciada de gestão com o Serviço Social Autônomo Ecoparaná, que assume a gestão do uso público (Coutinho, 2015). Nas palavras do Entrevistado – 1, para contratação de funcionários, o Ecoparaná promoveu um teste seletivo em 2004, e o modelo de teste adotado valorizou profissionais das comunidades do entorno, com destaque para participantes da capacitação de condutores na comunidade local do entorno, Jardim Novo Vila Velha, organizada pelo Entrevistado - 3 em 2003.

Diante as dificuldades que apresentou o Ecoparaná junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE) no ano 2005, o IAP adota três medidas emergenciais para gestão do uso público do PEVV: terceiriza serviços-meios - como limpeza, portaria, manutenção e roçadas -, contrata estagiários para a função de condutores de visitantes, e solicita funcionários do IAP de outros postos no Estado para funções de bilheteria e condução dos ônibus, os quais cobrem a função temporariamente, principalmente em dias de grande fluxo de visitantes no Parque (Coutinho, 2015). O modelo que deveria ser provisório acaba se estendendo por cinco anos até o final de 2012, quando retorna a gestão do uso público pelo Ecoparaná. Esse modelo provisório de gestão impossibilitou a contratação de funcionários da comunidade local, o que agravou uma situação de distanciamento entre os moradores do entorno e o Parque (Dalcomune, citada por Coutinho, 2015).

No final de 2012, Ecoparaná reassume a gestão do uso público e promove novo teste seletivo, desta vez com maiores preocupações quanto à formalidade, para evitar novos problemas com o TCE. Porém, a seleção não se mostrou efetiva, devido à não valorização de saberes locais; diferente dos testes seletivos anteriores, somente um funcionário, com cargo de motorista, é morador das comunidades do entorno. Além das falhas no modelo de teste aplicado, não foram promovidas capacitações com esses moradores, assim como o ocorrido em 2003 (Entrevistado – 1)

Em 2013, Governo Estadual modifica o Ecoparaná, o qual passa a denominar-se Serviço Social Autônomo Paraná Projetos (Paraná Projetos, 2015). De acordo com Dalcomune, citada por Coutinho (2015), o atual contrato de gestão com Paraná Projetos foi planejado para período específico, tendo como objetivo promover inovações capazes de facilitar transição para gestão privada do turismo na unidade, visualizada como proposta definitiva. Esse serviço social, apesar de esforços, não possui instrumentos e autonomia financeira para promover melhorias estruturais e necessárias no âmbito do uso público do Parque (Entrevistado – 1).

Na opinião do Entrevistado – 1, o PEVV está bem estruturado e conservado, no entanto persistem problemas na gestão do uso público como: disponibilidade deficiente de acesso via transporte público; estruturas físicas com problemas, a exemplo do equipamento de Furnas; deficiência no número de funcionários em dias de grande movimento turístico; dentre outros. Também menciona que não se cobrem os gastos do uso público em decorrência da limitação do plano de manejo para desenvolver a atividade turística e a falta de vontade política.

De acordo com o Entrevistado - 2, existe uma boa gestão no PEVV, atingindo os objetivos de educação ambiental e conservação. Porém, várias ações previstas no plano de manejo não são executadas o qual evidencia a falta de consequência no planejamento da Unidade de Conservação. Também menciona que a pesar de existir uma boa relação com a academia, a grande quantidade de projetos realizados, diagnósticos, entre outros, a toma de decisões não tem sido feitos adequadamente.

O Entrevistado - 3 salienta a importância do envolvimento da comunidade dentro do uso público do PEVV para recuperar o baixo grau de pertencimento do espaço. Eles poderiam oferecer condutores locais para os atrativos naturais, quanto novas possibilidades de experiências e serviços turísticos - como vivências comunitárias, restaurantes, *camping*, artesanato, etc. - estabelecendo parcerias com os proprietários rurais. Também afirma que a capacidade de carga do Parque permite um maior desenvolvimento do turismo.

Segundo o Entrevistado - 4, a gestão do uso público do PEVV está bem organizada por Paraná Projetos. Existe um conselho consultivo do PEVV integrado por representantes de entidades públicas, sindicatos e organizações não governamentais da localidade de Ponta Grossa, incluída a comunidade do entorno, Jardim Novo Vila Velha. O entrevistado salienta o potencial geoturístico da região Campos Gerais e indica ao projeto de Geoparque como uma alternativa importante para envolver outros atrativos da região e a comunidade local na atividade turística. Porém, afirma que faz-se necessária a vontade política para pôr em andamento esse projeto.

Todos os entrevistados concordam que deveria existir uma participação direta da comunidade local do entorno na gestão do uso público no PEVV, gerando benefícios socioeconômicos, a fim de recuperar o grau de pertencimento e promover a conservação. A maioria indica à empresa privada como uma alternativa para resolver a falta de orçamento do uso público.

7. Análise dos resultados

A partir dos resultados encontrados na pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas abertas, realizou-se uma análise SWOT, identificando as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças da gestão do uso público no PEVV, enfocado na estrutura de gestão, as ações públicas e a relação entre os atores (Quadro 2).

Quadro 2: Análise SWOT da gestão do uso público no Parque Estadual de Vila Velha (PEVV)

Análise SWOT	Gestão do uso público no PEVV
Forças	<ul style="list-style-type: none"> - Boa estrutura e articulação do órgão gestor - Programa de uso público dentro do plano de manejo - Boa gestão em termos de conservação e educação ambiental - Revitalização e reestruturação do PEVV - Boa relação com instituições educativas e de pesquisa - Funcionamento de um conselho consultivo
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas de potencial turístico no entorno - Uso turístico inferior à capacidade de carga - Interesse dos pesquisadores por continuar desenvolvendo investigação no PEVV - Projeto de integração do Geoparque Campos Gerais na Rede Mundial de Geoparques da UNESCO
Fraquezas	<ul style="list-style-type: none"> - Ações não feitas que aparecem no plano de manejo - Limitação do plano de manejo para desenvolver o turismo - Falta de orçamento para o uso público - Falta de vontade política para desenvolver o turismo - Baixo incentivo à participação da comunidade local
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo grau de pertencimento da comunidade local - Destruição do patrimônio natural - Luta de interesse pelo uso da terra

Fonte: Elaborado pelo autor

Tal como se observa no Quadro 2, se considera que as forças da gestão de uso público no PEVV são as seguintes: boa estrutura e articulação do órgão gestor; programa de uso público dentro do plano de manejo; boa gestão em termos de conservação e educação ambiental; revitalização e reestruturação do PEVV; boa relação com instituições educativas e de pesquisa; e funcionamento de um conselho consultivo.

No que se refere às oportunidades, se estabeleceram as seguintes: áreas de potencial turístico no entorno; uso turístico inferior à capacidade de carga; interesse dos pesquisadores por continuar desenvolvendo investigação no PEVV; e projeto de integração do Geoparque Campos Gerais na Rede Mundial de Geoparques da UNESCO.

Consideraram-se como fraquezas os seguintes fatos: falta de consolidação de ações no plano de manejo; restrições no plano de manejo para desenvolver o turismo; falta de orçamento para o uso público; falta de vontade política para desenvolver o turismo; e desvinculação do uso público e a responsabilidade social.

As ameaças encontradas foram: a destruição do patrimônio natural e a luta de interesse pelo uso da terra.

Diante do exposto infere-se que:

A estrutura de gestão do PEVV funciona bem no que se refere à conservação do espaço e educação ambiental seguindo as diretrizes dum programa de uso público no plano de manejo, ferramenta fundamental para um desenvolvimento sustentável da atividade turística (Ruschmann, 2001; Boullon, 2006). Porém, por um lado, várias ações dentro dele não tem sido feitas, e por outro, o plano tem limitado o desenvolvimento da atividade turística a pesar de ter um grande potencial. Torna-se necessária uma maior flexibilidade no plano de manejo e uma maior iniciativa para realizar melhorias concretas no caminho, aspectos fundamentais dentro de um planejamento turístico, de acordo com Kiyotani e Lima (2013).

As ações públicas mais importantes foram a revitalização e a reestruturação do PEVV. A falta de políticas públicas para melhorar o serviço de transporte e pôr em andamento o projeto Geoparque Campos Gerais, tem limitado o desenvolvimento do turismo na região. Torna-se necessário o envolvimento e protagonismo dos governantes das localidades para promover o turismo a partir da implementação de políticas públicas (Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, 2004; Molina, 2005).

As relações entre os atores se consideram positivas em decorrência do funcionamento de um conselho consultivo que permite coordenar as decisões tomadas pelo órgão gestor do PEVV com os representantes de diferentes entidades da localidade de Ponta Grossa. Porém, o baixo incentivo à participação da comunidade local causou um baixo grau de pertencimento do PEVV. Se a população local participasse e recebesse parte dos benefícios econômicos da atividade turística se encontraria um equilíbrio entre a conservação ambiental e cultural, a viabilidade econômica e a justiça social (Swarbrooke, 2000; Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, 2004: 29; Anjos et al., 2010).

8. Considerações finais

Constatou-se que o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) é uma área natural de importância geológica internacional, administrada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que cumpre com os objetivos de conservação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. No entanto, seu potencial geoturístico não tem sido aproveitado para resolver a desvinculação entre a conservação do patrimônio natural e a responsabilidade social da atividade turística.

A gestão do uso público do PEVV passou por diferentes mudanças desde sua implementação: períodos de falta de organização e coordenação entre as instituições e atores, colocando em risco a conservação do patrimônio; depois, períodos de reestruturação e de participação breve da comunidade; entre outros. Atualmente, Paraná Projetos é o órgão gestor do uso público que atinge os objetivos de conservação e educação ambiental exigidos no plano de manejo.

A estrutura de gestão do uso público está bem organizada e tem uma boa articulação de funções. Constatou-se que o ponto mais fraco é o alto consumo de recursos econômicos em relação às baixas receitas da atividade turística no PEVV, provocando um déficit financeiro nos últimos anos, que é coberto pelo Governo Estadual do Paraná. O plano de manejo do PEVV influi positiva e negativamente na estrutura de gestão do uso turístico. Por um lado, permite guiar aos gestores de acordo com as diretrizes do programa do uso público, mas, por outro lado, restringe a potencialização do turismo no PEVV.

As ações públicas mais importantes foram a revitalização e a reestruturação do PEVV. As principais deficiências das ações públicas foram: o baixo incentivo à participação da comunidade local do entorno;

a falta de políticas públicas para melhorar os serviços turísticos em Ponta Grossa; e a falta de vontade política para executar o projeto Geoparque dos Campos Gerais.

A relação entre os atores considera-se positiva pelo bom entendimento entre os gestores e as entidades envolvidas no PEVV em Ponta Grossa, através do Conselho consultivo. Porém, a comunidade local no PEVV não tem participação direta no processo de planejamento e gestão.

Constatou-se que o modelo de gestão do uso público do PEVV não têm influenciado no desenvolvimento socioeconômico na comunidade local do entorno e que, a pesar de ser uma área com patrimônio geológico de importância internacional, não tem implementado o geoturismo através do projeto Geoparque Campos Gerais.

Também se constatou que o planejamento e a gestão do turismo, tal como o definem Hall (2004), Braga (2007), Lohmann e Panosso Netto (2012) e Kiyotani e Lima (2013), têm um papel fundamental para resolver a problemática encontrada neste estudo de caso através do potencial geoturístico do PEVV descrito por Moreira e Hevia (2012) e Guimarães et al. (2008).

Recomenda-se a criação do Geoparque dos Campos Gerais, incluindo o PEVV como um geossítio dentro dele, em decorrência do potencial geoturístico, histórico-cultural e biológico dessa região. Dessa forma, O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) seria o ente fiscalizador como órgão gestor, as comunidades locais e as empresas privadas estariam envolvidas na atividade turística e se fomentaria a conservação da geodiversidade paranaense.

Se bem os objetivos da presente investigação foram alcançados, recomenda-se continuar futuras pesquisas sobre o tema, recopilando uma maior quantidade de informação através de um aprofundamento nos tópicos abordados e entrevistas aos atores representantes dos órgãos relacionados ao turismo e conservação no PEVV: Paraná Projetos, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Secretaria Estadual do Turismo - Paraná Turismo, Prefeitura de Ponta Grossa, e representantes da comunidade local do entorno.

Bibliografia

- Anjos, F. A.; Anjos, S.J.; Rados G.J.
2010. "Planejamento e Gestão sustentável do turismo: Contexto social, Métodos e Enfoques". In: philippi JR, A., Ruschmann, D. *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole.
- Barroco, H.
2010. "Planejamento e Gestão: vetores para um turismo competitivo e sustentável?" In: *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul.
- Barretto, M. A.
2005. "Planejamento responsável do turismo". Campinas, SP: Papirus.
- Bento, L. C. M.; Rodrigues, S. C.
2010. O geoturismo como instrumento em prol da divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural abiótico – uma reflexão teórica. *Turismo e paisagens cársticas*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 55 – 65.
- Bouillon, R.
2006. "Espacio turístico y desarrollo sustentable". *Aportes y Transferencias*, Vol. 10, Núm. 2, sin mes, pp. 17-24 Universidad Nacional de Mar del Plata Argentina. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/276/27610203.pdf>>. Acesso em: 9 junho de 2016.
- Brilha, J.
2005. "Patrimônio geológico e geoconservação – a conservação da natureza na sua vertente geológica". Braga: Palimage. 190 p.
- Carcavilla, L., Durán, J.J., López-Martínez, J.
2008. "Geodiversidad: concepto y relación con el patrimonio geológico". *Geo-Temas*, 10, 1299-1303. VII Congreso Geológico de España. Las Palmas de Gran Canaria.
- Carcavilla, L., López-Martínez, J. Durán, J.J.
2007. "Patrimonio geológico y geodiversidad: investigación, conservación, gestión y relación con los espacios naturales protegidos". Instituto Geológico y Minero de España, *Serie Cuadernos del Museo Geominero*, nº 7, Madrid, 360 p.
- Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho
2004. "A importância do setor turismo nos processos de planejamento estratégico de desenvolvimento dos territórios: Opiniões do grupo internacional de especialistas". In: *Turismo e desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate*. Notícias Delnet Nro. 24, Abril-Maio 2004. Turin, Italia. 83 p.

Coutinho, G.

2015. *Turismo Comunitário e participação social em Unidades de Conservação: possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha-PR e a sua região de entorno*. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. 205 p.

Dias, R.

2003. *Turismo Sustentável e Meio ambiente*. São Paulo: Atlas.

Ecoparaná

2013. *Diagnóstico quali-quantitativo e análise da cadeia produtiva do turismo no entorno do Parque Estadual de Vila Velha*. Curitiba: 2013.

Global Geoparks Network - GGN

2015. "About GGN". Disponível em: <<http://www.globalgeopark.org/aboutGGN/51.html>>. Acesso em: 15 novembro 2016.

Guillen, F.

2004. "La diversidad Geológica y su Patrimonio, el legado de nuestro planeta a la humanidad: Propuestas para la legislación de su uso y gestión basadas en las normativas internacionales y españolas sobre Geoconservación". In: X Curso sobre el patrimonio geológico y el Seminario de la Sociedad Española de Mineralogía sobre conservación y uso cultural y turístico del patrimonio mineralógico y petrológico y XXXIII Reunión de este Sociedad.

Guimarães, G. B., Melo, M. S., Piekarz, G. F., Moreira, J. C., Liccardo, A., Mochiutti, N. F.

2008. "Geoparque dos Campos Gerais: proposta". In: Nascimento, M. A. L., Ruchkys, U. A., Mantesso-Neto, V. *Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia. 82 p.

Hall, C. M.

2004. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. Tradução de Edite Sciulli. 2.ed.- São Paulo: Contexto.

Instituto Ambiental do Paraná - IAP

2004. *Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha*. Curitiba.

2016. "Departamento de Unidades de Conservação". Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1200>>. Acesso em: 27 julho 2016.

Kerski, C. M.

2010. *Terceirização no Parque Estadual de Vila Velha: um estudo sobre uma possível opção para otimização dos serviços turísticos*. Tese de grado em Turismo das Faculdades Santa Amélia – Secal. Ponta Grossa.

Kiyotani I. L., Lima, E. R.

2013. "Planejamento e Gestão: premissas para alcançar o equilíbrio na atividade turística". *Revista Pasos*. Vol. 11 N.º 2 págs. 313-325. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/11213/PS0213_04.pdf>. Acesso em: 20 novembro de 2016.

Kotler, P.

2000. *Administração de Marketing*. 10ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

Letensky, R., Melo M. S., Guimaraes, G. B., Piekarz, G. F.

2009. "Geoturismo no Parque Estadual de Vila Velha: nas trilhas da dissolução". In: *Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas*, 2(1), 2009. Campinas, SeTur/SBE.

Lohmann, G., Panosso Netto, A.

2012. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. 2a edição. São Paulo: Aleph.

Manosso, F. C.

2007. "Geoturismo: uma proposta teórico-metodológica a partir de um estudo de caso do município de Apucarana-PR". *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2.

Melo, M.S.; Bosetti, E.P.; Godoy, L.C., Pilatti, F.

2002. "Vila Velha, PR: Impressionante relevo ruiforme". In: Schobbenhaus, C. (Coord.). *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: SIGEP, 2002. p. 269-277.

Molina, S.

2005. *Turismo: metodologia e planejamento*. Coleção turis. Editora da Universidade do Sagrado Coração. 125 p.

Moreira, J.

2010. "Geoturismo: uma abordagem histórico-conceitual". Campinas, SeTur/SBE. *Turismo e Paisagens Cársticas*, 3(1). Ponta Grossa: UEPG.

- Moreira, J., Hevia, G.
2012. “Usando o patrimônio geológico para atrair turistas: o geoturismo no Brasil (Paraná) e Espanha (Aragón)”. *GEO USP – espaço e tempo*, São Paulo, N°32, PP 123- 139.
- Nascimento, M. A. L. do; Ruchkys, U. A.; Mantesso-Neto, V.
2008. *Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo – trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia. 82 p.
- Nascimento, M. A. L., Mansur, K. L., Moreira, J. C.
2015. “Bases conceituais para entender geodiversidade, patrimônio geológico, geoconservação e geoturismo”. In: XVI Simpósio Brasileiro de Geografia física aplicada. *Revista Equador*. Vol. 4. N° 3.
- Newsome, D., Dowling, R.
2006. “The scope and nature of geotourism”. In: Dowling, R e Newsome, D. *Geotourism*. Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann, p.3-25.
- Paraná Projetos
2015. “Compilação das pesquisas realizadas pela gestão do uso público do Parque Estadual de Vila Velha nos anos de 2014 e 2015”. Ponta Grossa.
2016. “Parque Estadual de Vila Velha”. Disponível em: <<http://www.paranaprojetos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>>. Acesso em: 22 outubro de 2016
- Rose, A. T.
2002. *Turismo: Planejamento e Marketing*. Editora Manole, São Paulo.
- Ruchkys, U. A.
2010. *Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais: potencial para a criação de um Geopark da UNESCO*. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Tese de Doutorado, 221p.
- Ruschmann, D.
2001. *Turismo e planejamento sustentável: A Proteção do médio ambiente*. Campinas, SP: Papirus 7a Edição.
- Ruschmann, D.
2004. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. 11a ed. Campinas: Papirus.
- Sachs, I.
2003. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Swarbrooke, J.
2000. *Turismo Sustentável: Conceitos e impacto ambiental*. Tradução Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph. Vol. I.
- Valverde, N.P.
2006. “Sustentabilidade Local e Turismo: por uma compreensão do “turismo sustentável””. In: IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT05-7.pdf>. Acesso em: 7 abril 2016.
- Yin, R. K.
2001. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Recibido: 10/06/2016
Reenviado: 08/12/2016
Aceptado: 08/12/2016
Sometido a evaluación por pares anónimos